



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

'ATA DA SESSÃO SOLENE DE ABERTURA DO 5º PERÍODO DA 19ª LEGISLATURA
DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ - BIÊNIO 2023-2024
MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ, ESTADO DO MARANHÃO

Em 1º de fevereiro de 2023, às 8h30min, no Plenário Léo Franklin, a Câmara Municipal de Imperatriz esteve reunida em Sessão Solene de Abertura do 5º Período Legislativo. Participaram os vereadores: Adhemar Alves de Freitas Júnior, Alexsandro Silva Barbosa, Aurélio Gomes da Silva, Cláudia Fernandes Batista, Francisco Rodrigues da Costa, Jhony dos Santos Silva, João Francisco Silva, Manoel Conceição de Almeida, Ricardo Seidel Guimarães, Rogério Lima Ave-lino, Rubem Lopes Lima, Terezinha de Oliveira Santos, Wanderson Manchinha Silva Carvalho, Zesiel Ribeiro da Silva e o presidente Amauri Alberto Pereira de Sousa. Ausentes os vereadores: Antônio Silva Pimentel, Carlos Hermes Ferreira da Cruz, Flamarion de Oliveira Amaral, Márcio Renê Gomes de Sousa, Roberto de Sousa Silva e Whelberson Lima Brandão. Preliminarmente, realizou-se, no vestíbulo da Câmara Municipal, cerimônia de hasteamento da Bandeira Nacional, pelo comandante do 50º Batalhão de Infantaria de Selva, tenente-coronel Christiano Stefan-es Mendes de Melo, hasteamento da Bandeira do Estado do Maranhão, pelo presidente da Subse-ção da Ordem dos Advogados do Brasil, Bruno Guilherme da Silva Oliveira, e hasteamento da Bandeira do Município de Imperatriz, pelo presidente da Câmara Municipal, Amauri Alberto Pe-reira de Sousa, sob a execução instrumental do Hino Nacional. Logo depois, a mestre de ceri-mônia Andréia Epifânio Saraiva convidou as autoridades, amigos e colaboradores presentes a adentrarem as dependências do Plenário Léo Franklin. A seguir, ao dar início aos trabalhos, o presidente, Amauri Alberto Pereira de Sousa, apresentou boas-vindas aos presentes, agrade-ceu-lhes pelo comparecimento e externou a disposição da Casa de retomar suas atividades com a determinação de deliberar extensamente sobre a problemática da gestão pública municipal. Logo depois, a cerimonialista Andreia Epifânio Saraiva procedeu à composição da Mesa de Honra, que ficou formada pelo presidente, Amauri Alberto Pereira de Sousa, o primeiro vice-presidente, Alexsandro Barbosa da Silva, o segundo-vice-presidente, Rubem Lopes Lima, a pri-meira-secretária, Cláudia Fernandes Batista, o segundo secretário, Wanderson Manchinha Silva Carvalho, o comandante do 50º Batalhão de Infantaria de Selva, tenente-coronel Christiano Ste-fanes Mendes de Melo, o representante do prefeito [Francisco de Assis Andrade Ramos], secre-tário municipal de Educação, José Antônio Silva Pereira, o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Bruno Guilherme da Silva Oliveira, e o promotor de Justiça de Defesa do Consumidor, Sandro Pofahl Bísvaro. Na sequência, a mestre de cerimônia Andréia Epifânio Saraiva agrade-ceu pela presença das seguintes autoridades: capitão-tenente Ariel Dantas de Souza, represen-tante da Agência Fluvial da Marinha do Brasil em Imperatriz - MA, Alessandra Belfort Braga, procuradora-geral do Município de Imperatriz e Ananias Vieira de Sousa, assessor de comuni-cação do 50º Batalhão de Infantaria de Selva. Instantes depois, a cerimonialista Andreia Epifânio Saraiva convidou a todos a se postarem em posição de respeito para a oitava do Hino Nacional Brasileiro, executado pelo maestro Kelps Alves Costa e a estudante de música Ana Clara Sant'Ana (aluna do Conservatório de Música de Imperatriz e vencedora do concurso de música curumim do Salão do Livro de Imperatriz - 2022). Neste ínterim, a mestre de cerimônia Andréia Epifânio Saraiva registrou, nominalmente, a presença dos edis participantes. A seguir, a

**ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**

cerimonialista Andréia Epifânio Saraiva anunciou momento devocional ministrado pelo pastor Timóteo de Sousa Campos (da Igreja Assembleia de Deus), que se seguiu de apresentação da cantora Camila Costa Batista, que entoou o cântico "Tá chorando por quê?". Nesta oportunidade, em nome de Deus, da liberdade e da democracia, o presidente, Amauri Alberto Pereira de Sousa, declarou aberta a Sessão Solene de Abertura do 5º Período da 19ª Legislatura, momento em que afirmou que seria com fé, esperança e muita ação que a Câmara Municipal trabalharia por uma Imperatriz mais igualitária e mais justa. A seguir, a cerimonialista Andreia Epifânio Saraiva informou que haviam sido assinados naquela manhã os termos de nomeação dos candidatos aprovados em concurso público realizado no ano anterior, os quais seriam entregues, em seguida, pelo presidente, Amauri Alberto Pereira de Sousa, aos respectivos titulares: Lucas Alves Mitoura, procurador legislativo, Paulo Roque Amarante da Conceição e Solange Feitosa Pereira, intérpretes de Libras. Logo depois, o presidente, Amauri Alberto Pereira de Sousa, anunciou a apresentação de vídeo institucional sobre as atividades desenvolvidas no ano anterior. Nesta ocasião, o presidente, Amauri Alberto Pereira de Sousa, procedeu à leitura de texto atinente à atuação do Poder Legislativo municipal, que constava do seguinte teor: "A República Federativa do Brasil é fundamentada na autonomia e na interdependência harmônica entre os três poderes, Legislativo, Executivo e Judiciário./ Em Imperatriz, o Legislativo é o primeiro poder instituído. Foi a Câmara Municipal a responsável pela organização da cidade em seus primeiros anos./ Neste retorno, quero destacar que temos um corpo Legislativo responsável, comprometido e atuante./ Os números de 2022 demonstram essa rotina de trabalho pautada pela discussão dos temas que buscam organizar a cidade./ Em 88 sessões, 560 indicações e 57 projetos de lei foram aprovados e encaminhados aos poderes executivos municipal e estadual, incluindo-se 32 projetos de lei de autoria do legislativo./ É importante dizer que obtivemos êxito devido ao trabalho baseado em planejamento e diálogo direto com a comunidade./ Pelo regime colaborativo entre os 21 vereadores que compõem essa casa, reforçamos que a reestruturação predial e administrativa realizada nos últimos dois anos só foi possível porque trabalhamos com respeito às diferenças e valorização de cada um./ Pontos a serem destacados:/ Cumprimento de 100% do TAC firmado com o Ministério Público;/ Devolução da taxa de inscrição do concurso cancelado na gestão anterior;/ Realização do novo concurso, homologação do resultado e primeira convocação já realizada;/ Investimento em energia solar com economia anual de 170 mil;/ Prioridade à transparência na execução dos serviços e classificação pelo Tribunal de Contas em Nível A./ A Câmara Municipal tem autonomia na condução do debate sobre as demandas da cidade e na fiscalização dos serviços públicos./ Tem poder representativo, é o elo entre a comunidade e o poder público; porém, sua atuação é de caráter propositivo e fiscalizador./ E é esse o trabalho dos 21 vereadores: apresentar as demandas da comunidade, debater, cobrar e fiscalizar, não apenas a atuação do Executivo, mas de todas as pautas de interesse coletivo". Instantes depois, o presidente, Amauri Alberto Pereira de Sousa, anunciou pronunciamentos dos convidados. Ao se dirigir à

**ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**

Tribuna [Vereador Freitas Filho], o presidente da Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil, Bruno Guilherme da Silva Oliveira, reportou-se à invasão dos Poderes Públicos da União, no último dia 8 de janeiro, para comentar que não se justificavam os atos de vandalismo então praticados, porém era necessária a humildade de ouvir o eco das vozes de todas as outras pessoas que lá não estavam e saber qual o real papel de cada um no âmbito das instituições a que pertencia, o que incluía os vereadores, todos os demais agentes públicos e representantes de organizações da sociedade civil. Em seguida, o presidente da Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil, Bruno Guilherme da Silva Oliveira, assinalou a necessidade de se assumir o compromisso de fortalecer as instituições para garantir o sistema democrático, à volta com a judicialização da política, uma vez que as pessoas já não suportavam a falta de lisura por parte dos representantes públicos, e acrescentou que os atos deveriam falar mais que a boca e que era pelo exemplo que se poderia conceber ideias para construir a sociedade, através da crítica e da apresentação de soluções para os problemas que afligiam a cidade. Ao se manifestar da Tribuna, o comandante do 50º Batalhão de Infantaria de Selva, tenente-coronel Christiano Stefanos Mendes de Melo, lembrou que a corporação que representava se encontrava na cidade desde 1973, período em que sempre contribuíra com Imperatriz, de forma que continuaria à disposição para colaborar no que fosse possível com o desenvolvimento da cidade. Ao se pronunciar da Tribuna, o promotor de Justiça de Defesa do Consumidor, Sandro Pofahl Bísvaro, comentou que os problemas mencionados anteriormente, a judicialização da política e a invasão dos Poderes Públicos da União, eram sintomáticos das deficiências verificadas na atuação dos representantes públicos. A esse respeito, o promotor de Justiça de Defesa do Consumidor, Sandro Pofahl Bísvaro, lamentou que, em virtude da judicialização da política, o Poder Judiciário estivesse extrapolando suas atribuições, visto que eram aos representantes públicos, legitimamente eleitos pelo povo, a quem competia a deliberação sobre os interesses públicos, não a cargos de natureza técnica ocupados por aprovados em concursos públicos. Nessa perspectiva, o promotor de Justiça de Defesa do Consumidor, Sandro Pofahl Bísvaro, mencionou declaração do ex-ministro do Supremo Tribunal Federal, Marco Aurélio Mello, segundo o qual faltava sobriedade às autoridades, às quais cabia repensar sua atuação. Ao fazer uso da Tribuna, o representante do prefeito, secretário municipal de Educação, José Antônio Silva Pereira, declarou que a Câmara Municipal era indispensável à boa atuação do Poder Executivo e ao atendimento às demandas populares, a propósito do que admitiu que havia de fato muitas deficiências na gestão pública municipal, a exemplo daquelas apontadas na área da saúde pública, mas era preciso também reconhecer os diversos avanços verificados no setor da educação, em que se haviam verificado significativos avanços. A esse respeito, o representante do prefeito, José Antônio Silva Pereira, ponderou que compreendia a necessidade de fiscalização do Poder Executivo por parte dos vereadores, mas lembrou que era necessário o reconhecimento dos avanços alcançados pela gestão municipal, em especial na área da educação. Na sequência, o representante do prefeito, José Antônio Silva

ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

Pereira, declarou, em nome do Poder Executivo, que se encontrava aberto a dialogar, mas não havia espaço para o discurso demagógico que se atinha apenas a aspectos negativos, como a situação das vias públicas esburacadas, o que não impedia o acesso, por exemplo, de ambulâncias e de viaturas do sistema de segurança, o que atribuiu a provável incompetência dos condutores desses veículos. Logo após, o representante do prefeito, José Antônio Silva Pereira, informou que o carnaval beneficiava milhares de pessoas e que não era adequado seu cancelamento por causa de problemas em outras áreas, como a da saúde, visto que gerava renda. Finalmente, o representante do prefeito, José Antônio Silva Pereira, manifestou votos de que o período legislativo fosse frutífero e recomendou temperança. Ao retomar a palavra, o presidente, Amauri Alberto Pereira de Sousa, declarou reconhecer os avanços verificados na área da Educação, mas, quanto à infraestrutura, não concordava com o representante do prefeito, José Antônio Silva Pereira, visto que em muitos bairros eram realmente precárias as condições em que se encontravam as vias públicas, o que impedia, inegavelmente, o acesso de ambulâncias e viaturas, de modo que nada de demagógico havia em suas palavras. Em seguida, o presidente, Amauri Alberto Pereira de Sousa, disse acreditar que a gestão pública municipal buscava firmar os convênios necessários à solução da séria problemática da infraestrutura e da saúde públicas municipais. Ao se dirigir à Tribuna, o vereador João Francisco Silva contou que, em virtude de sua idade, tivera o privilégio de acompanhar o período da ditadura militar, quando todos clamavam pela promulgação de nova Constituição, segundo a qual eram harmônicos e interdependentes os poderes da República. Nesse sentido, o edil João Francisco Silva atribuiu à quebra do equilíbrio entre os Poderes da República os eventos ocorridos em Brasília - DF em 8 de janeiro. A seguir, o vereador João Francisco Silva comentou que era natural que os edis representassem diferentes perspectivas, mas compartilhavam o compromisso com a defesa do interesse público e o desenvolvimento da sociedade. Instantes depois, o vereador João Francisco Silva ressaltou que era dever também do Governo do Estado ajudar a cidade, uma vez que os problemas só seriam resolvidos com o empenho e cooperação das três esferas administrativas: municipal, estadual e federal. A seguir, o vereador João Francisco Silva lembrou que havia medidas de punição dos que se desviavam da norma constitucional, portanto se alguém compreendia que agentes públicos tinham errado, que buscasse as medidas necessárias através da via judicial para resolvê-los. Em seguida, o vereador João Francisco Silva lamentou que, quando das discussões do novo Código Tributário, houvesse prevalecido o interesse político-eleitoral sobre o interesse da sociedade de Imperatriz, quando o dever dos agentes públicos era o de entregar à sociedade um trabalho que agradasse e que correspondesse às suas expectativas e necessidades, sempre buscando uma posição de equilíbrio. Por fim, o vereador João Francisco Silva acrescentou que, se alguém realmente amava Imperatriz, deveria esquecer o prefeito [Francisco de Assis Andrade Ramos], após o que conclamou os vereadores a procurarem os deputados e senadores que ajudaram a eleger para cobrar-lhes a alocação de recursos para salvar a cidade. Em face de




**ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**

ausência temporária do presidente, Amauri Alberto Pereira de Sousa, assumiu a direção dos trabalhos o primeiro vice-presidente, Alexsandro Silva Barbosa. Ao se manifestar da Tribuna, o vereador Manoel Conceição de Almeida afirmou que já não era suportável a situação em que se encontrava Imperatriz, a propósito do que comentou que, já na Sessão Solene de Abertura de novo Período Legislativo, dizia-se o que deveria ter sido dito anos atrás. Logo após, o vereador Manoel Conceição de Almeida declarou que era lamentável que a gestão municipal apresentasse acertos apenas na Secretaria Municipal de Educação, quando as demais secretarias se encontravam sucateadas, a exemplo da Secretaria Municipal de Saúde, que recebera, em 2018, 43 milhões de reais, a despeito do que não havia sido verificada nenhuma melhoria no funcionamento do sistema de saúde pública nem no atendimento à sociedade. Neste ínterim, o vereador Manoel Conceição de Almeida afirmou que o prefeito [Francisco de Assis Andrade Ramos], cheio de manobras, fazia com que a Câmara se tornasse uma Casa de suplentes porque os titulares seus aliados não aguentavam tanta "taca" por consequência da defesa que precisavam fazer do prefeito [Francisco de Assis Andrade Ramos]. Logo depois, o vereador Manoel Conceição de Almeida ressaltou que (ao denunciar a precariedade da saúde pública e da infraestrutura) o próprio presidente, Amauri Alberto Pereira de Sousa, admitira que, nos últimos dois anos, a Câmara não cumprira suas obrigações e acrescentou que o fato de filho do colega João Francisco Silva haver sido empregado pela Prefeitura fizera com que este considerasse resolvidos os problemas da cidade. Em seguida, o vereador Manoel Conceição de Almeida questionou que credibilidade teria a Casa se vereadores que deveriam estar na abertura do Período Legislativo se encontravam em São Luís - MA, onde participavam da posse de deputados estaduais. Nesta ocasião, acrescentou que a Sessão Solene representava um recado para Imperatriz, do que concluiu que a cidade poderia vir a viver dias melhores. Ao se pronunciar da Tribuna, o vereador Ricardo Seidel Guimarães declarou que a política suscitava reflexão, visto que ora solucionava o caos, ora era o próprio caos. Em seguida, o edil Ricardo Seidel Guimarães se referiu a caso de paciente que havia falecido à espera de atendimento no "Socorrão" [Hospital Municipal de Imperatriz], onde faltavam tanto insumos quanto profissionais. A esse respeito, o vereador Ricardo Seidel Guimarães destacou que os edis se sentiam impotentes, de modo que competia ao povo tomar as ruas e cobrar dos representantes públicos a devida seriedade no desempenho de suas atribuições, única solução que divisava capaz de salvar Imperatriz. Ao se manifestar da Tribuna, o edil Adhemar Alves de Freitas Júnior observou que a Sessão Solene de Abertura de Período Legislativo tomara rumo diferente do que costumava ter, visto que haviam sido pautadas cobranças de solução para as graves deficiências verificadas na administração pública municipal. Nessa perspectiva, o vereador Adhemar Alves de Freitas Júnior comentou que o problema da cidade não era falta de recursos, mas a má qualidade da gestão pública, de maneira que à população já não interessava aplausos, solenidades, mas a ação dos parlamentares no sentido de resolver os problemas da cidade, que estava indo muito mal. Instantes depois, o edil Adhemar Alves de

**ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**

Freitas Júnior declarou que, apesar da séria problemática da gestão pública municipal, o prefeito [Francisco de Assis Andrade Ramos] alegava, por meio de postagens em redes sociais, como costumava fazer, que a situação era normal, a propósito do que questionou se era normal deixar de pagar credores ou a carência de insumos básicos na saúde pública de Imperatriz, inclusive de medicamentos. A seguir, o vereador Adhemar Alves de Freitas Júnior se referiu ao discurso do representante do prefeito, José Antônio Silva Pereira, para afirmar que este não tinha exata perspectiva da situação em que se encontrava a cidade e transferia a motorista de ambulância a responsabilidade pela dificuldade de acesso a vias públicas que se encontravam totalmente intrafegáveis. Logo após, o vereador Adhemar Alves de Freitas Júnior pontuou que o prefeito [Francisco de Assis Andrade Ramos], que se encontrava na Capital, onde a esposa, Janaína Lima Araújo Ramos, tomava posse no cargo de deputada estadual, tratava com descaso a cidade, que se encontrava em estado de calamidade, momento em que declarou duvidar que de fato beneficiassem o povo os recursos que se esperava que fossem alocados para o Município por intermédio da referida deputada. Como nada mais houvesse a tratar, o primeiro-vice-presidente, Alexandro Barbosa da Silva, deu por encerrada a Sessão. Tasso Assunção e José Ribamar Silva de Sousa, secretários *ad hoc*, lavraram a presente ata, que, após revisada pela servidora Zilda de Carvalho Pereira, vai assinada pelos membros da Mesa Diretora. Plenário Léo Franklin, da Câmara Municipal de Imperatriz, Estado do Maranhão, em 1º de fevereiro de 2023.


Amauri Alberto Pereira de Sousa
Presidente


Alexandro Barbosa da Silva
Primeiro vice-presidente


Rubem Lopes Lima
Segundo vice-presidente


Cláudia Fernandes Batista
Primeira-secretária


Wanderson Manchinha Silva Carvalho
Segundo-secretário